



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002269-75.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **JOSELITA MARIA DA SILVA BARROS**
Requerido: **MAXIMUS VISTORIAS AUTOMOTIVAS LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em 2010 adquiriu um automóvel, o qual foi aprovado em vistoria realizada pela ré com a constatação de que a numeração do chassi e do bloco do motor eram originais de fábrica.

Alegou ainda que no ano em curso tentou vendê-lo a terceira pessoa, mas a vistoria então efetuada apurou a discrepância entre o número do bloco do motor e o que deveria na verdade estar inserido, de sorte que o negócio foi cancelado.

Almeja ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos materiais e morais que experimentou.

A matéria preliminar suscitada pela ré em contestação, relativamente à inépcia da petição inicial, entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Já a concernente à incompetência deste Juízo para dirimir a lide não se acolhe porque a realização de perícia é prescindível para tanto, como adiante se verá.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Alguns fatos são incontroversos nos autos.

O documento de fls. 02/04 encerra o laudo de vistoria realizado pela ré em 2010 e que possibilitou a transferência o automóvel em apreço à autora.

Sem embargo dele não detectar irregularidade alguma, é claramente perceptível o número do motor UQA 007 033, quando deveria ser UAQ 007 003 (fl. 02, fotografia no lado superior esquerdo e respectiva inscrição sobre a mesma).

Qualquer pessoa leiga que veja o motor com atenção mínima nota o número **3** como penúltimo apostro no motor, o que patenteia a divergência e torna desprocedente a realização de perícia para sua constatação.

Por outro lado, o documento de fls. 06/12 consiste no laudo feito em 2014 quando a autora tentou vender o automóvel e o resultado da análise foi o de sua reprovação (fl. 06) porque a numeração do motor havia sido remarcada (fl. 07).

As fotografias de fls. 09 (do lado direito ao centro) e 12 retratam situação idêntica à existente à época do laudo feito pela ré quanto ao número do motor.

A conjugação desses elementos viabiliza a convicção de que a ré incorreu em falha ao emitir o laudo que possibilitou a transferência do automóvel à autora.

Tal erro, ademais, não se pode taxar de escusável como pretendeu a ré (fl. 38, primeiro parágrafo), pois como já assinalado a discrepância resulta óbvia e podia ser notada facilmente.

Nem se diga que a função da ré seria exclusivamente fornecer subsídio ao DETRAN, esse sim o verdadeiro responsável pelo que aconteceu, tendo em vista que se assim fosse a atuação da mesma não se revestiria de importância alguma, o que à evidência não se concebe.

Ela poderá até regressivamente demandar contra quem repute culpado pelo que sucedeu, mas eventuais falhas de terceiros não têm o condão de eximir a sua.

Assentadas essas premissas, há que se analisar a extensão dos pedidos da autora.

No relato de fl. 01 ela alude à necessidade de troca do bloco do motor, peças e mão-de-obra para que o problema seja sanado, além de destacar que a venda que estava acertada no importe de R\$ 10.000,00 (o que foi corroborado pela testemunha Fernando Diana ao prestar depoimento em Juízo) foi cancelada.

Formulou pedido de indenização de R\$ 14.230,00 para reparação dos danos materiais e morais que teria suportado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Muito embora não tenha havido a separação e a especificação dos montantes de cada espécie de lesão, observo que a autora apresentou os documentos de fls. 24/29 para demonstrar o que foi gasto para a regularização do veículo.

Entendo, porém, que essa prova não define com mínima segurança os seus danos materiais.

Eles são orçamento (fl. 24), anotações (fls. 26/27) e descrição de serviços e peças (fls. 28/29), mas em momento algum firmam a certeza do que seria realmente necessário para que a situação do automóvel se normalizasse.

Por outras palavras, é certo que a autora não amealhou elementos consistentes que delineassem com clareza os danos patrimoniais que teve a partir da falha da ré, não se podendo olvidar que tocava a ela demonstrá-los na esteira do que dispõe o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Todavia, ela não se desincumbiu desse ônus porque sequer as providências específicas pertinentes para a nova aprovação do automóvel foram definidas.

É por isso que no particular não vinga o pleito exordial.

Solução diversa apresenta-se à indenização para reparação dos danos morais que a autora teve.

Eles são indubitáveis porque a mesma experimentou abalo de vulto ao tomar conhecimento do erro da numeração do motor de seu automóvel (o que era inesperado diante da transferência para si) e ao não implementar sua venda a terceiro.

Qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar não ficaria confortável diante disso e com a gritante falha da ré, transparecendo cristalina a existência do dano a esse título.

O valor da indenização postulada deverá atentar para os critérios usualmente observados em situações análogas (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), de sorte que a arbitro em R\$ 10.000,00.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 10.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**